Nota para a Imprensa

28.8.2023





1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

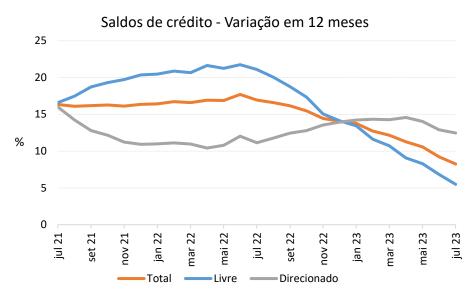
Em julho, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro situou-se em R\$15,2 trilhões (146,2% do PIB), com redução de 0,5% no mês. Essa variação decorreu principalmente da queda de 2,1% no saldo da dívida externa, associada à apreciação cambial de 1,6%. Na comparação interanual, o crédito ampliado manteve a trajetória de desaceleração iniciada em março, com crescimento em doze meses de 7,0%, ante 7,8% registrado em junho deste ano.

O crédito ampliado a empresas situou-se em R\$5,2 trilhões (49,9% do PIB), com redução de 0,8% no mês, influenciada principalmente pela retração de 2,0% na dívida externa. Na comparação com julho de 2022, a expansão de 6,2% refletiu destacadamente o aumento de 24,7% em títulos de dívida.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$3,6 trilhões (34,3% do PIB) em julho, com expansão de 0,4% no mês e expansão de 11,3% em doze meses, em função do incremento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O saldo das operações de crédito do SFN atingiu R\$5,4 trilhões em julho, redução mensal de 0,2%. Esse resultado decorreu, basicamente, da diminuição de 1,1% no saldo das operações de crédito com pessoas jurídicas, que atingiu R\$ 2,1 trilhões, em contraposição ao crescimento de 0,4% no das realizadas com pessoas físicas, R\$ 3,3 trilhões. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o saldo das operações de crédito do SFN aumentou 8,2% (9,2% em junho), mantendo a trajetória de desaceleração observada desde meados de 2022. Por segmento, na comparação interanual, os saldos de crédito para empresas e famílias também registraram diminuição no ritmo de expansão, com altas de 2,7%, ante 3,5%, e de 12,1%, ante 13,2%, na ordem.



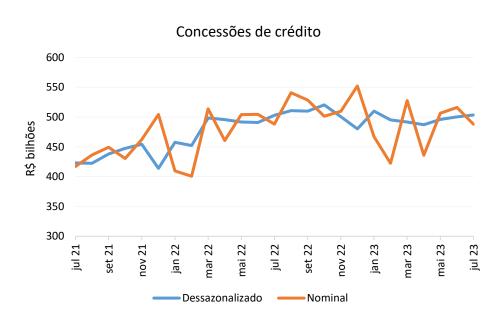
O saldo das operações de crédito com recursos livres atingiu R\$ 3,2 trilhões, redução de 0,8% no mês e crescimento de 5,5% em 12 meses. Já o crédito livre para empresas totalizou R\$1,3 trilhão julho, em com declínios de 2,3% no mês e de 0,6% comparativamente ao mesmo mês de 2022. Ressalte-se as diminuições das carteiras de desconto de duplicatas (-7,6%),após movimento sazonal

expansão ocorrido no mês anterior, antecipação de faturas de cartão de crédito (-12,8%), capital de giro total (-1,0%), cartão de crédito rotativo (-36,1%) e adiantamento de contratos de câmbio – ACC (-2,2%).



O saldo de crédito com recursos livres às famílias somou R\$1,8 trilhão em julho, com incrementos de 0,3% no mês e de 10,4% em em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho concentrou-se, principalmente, nas carteiras de cartão de crédito à vista, financiamento para a aquisição de veículos e crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor público, com aumentos de 1,2%, 0,7% e 0,4%, respectivamente.

O saldo de crédito com recursos direcionados atingiu R\$ 2,2 trilhões, com elevações de 0,7% no mês e de 12,5% em doze meses. Esse resultado decorreu da evolução das carteiras de crédito às pessoas jurídicas e às pessoas físicas, que registraram crescimentos mensais de 1,0% e 0,6%, respectivamente, e de 9,0% e 14,3% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, na mesma ordem.



As novas contratações nominais de crédito totalizaram R\$488,0 bilhões julho. Nas séries sazonalmente ajustadas, as contratações novas 0,7%, cresceram com de 2,6% expansão contratações pactuadas com as famílias em contraposição a redução de 3,6% nas com empresas. Nos doze meses acumulados até julho, novas contratações nominais aumentaram 7,8%, com incrementos de 3,3% no

crédito a pessoas jurídicas e de 11,6% no crédito à pessoas físicas. As concessões médias diárias em julho deste ano registraram queda de 5,4% em relação a junho.

A taxa média de juros das novas concessões em julho diminuiu 0,3 p.p. no mês e aumentou 1,7 p.p. em doze meses ao atingir 31,4% a.a. O *spread* bancário das novas concessões atingiu 21,9 p.p., com redução de 0,1 p.p. no mês e incremento de 3,1 p.p. comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Crédito com Recursos Livres

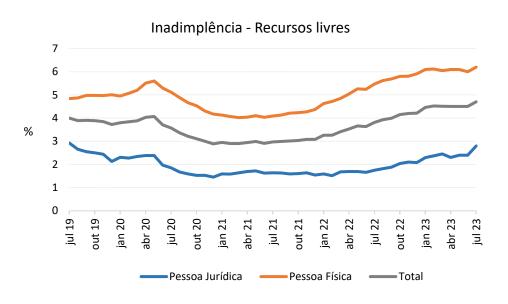
	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)		
	jun/23	jul/23	Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	59,1	58,5	0,3	-0,9	-0,6
Pessoa Jurídica	23,0	23,3	0,3	0,0	0,3
Total	44,6	44,3	0,3	-0,6	-0,3



Nas operações de crédito com recursos livres, a taxa média de juros atingiu 44,3% a.a. em julho, com diminuição mensal de 0,3 p.p. e expansão de 3,9 p.p. em doze meses. Por segmento, a taxa média de juros para as operações contratadas com pessoas jurídicas situou-se em 23,3%, com elevação de 0,3 p.p. no mês e redução de 0,1 p.p. em doze meses. Esse movimento foi determinado pelo efetivo aumento das taxas, disseminado nas principais modalidades (efeito taxa). No tocante às taxas médias praticadas nas operações de crédito livre com pessoas físicas em julho, houve queda de 0,6 p.p. no mês e expansão de 5,1 p.p. em doze meses, ao atingir 58,5%. Diferentemente do movimento observado no segmento empresarial, a redução na taxa média de juros no mês foi influenciada, principalmente, pela alteração da composição das carteiras de crédito (efeito saldo).

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, situou-se em 22,5% a.a., redução de 0,1 p.p. no mês e aumento de 1,7 p.p. em 12 meses.

A inadimplência do crédito total do SFN manteve-se estável no mês, situando-se em 3,6%. Por segmento, a inadimplência aumentou 0,1 p.p. para a carteira de pessoas jurídicas e permaneceu estável na carteira de pessoas físicas ao situar-se, respectivamente, em 2,7% e 4,2%.



No crédito livre, inadimplência alcançou 5,0% em julho, alta mensal de 0,1 p.p. Por segmento, a inadimplência da carteira de crédito às pessoas jurídicas atingiu 3,3%, com aumento mensal de 0,2 p.p. concentrado na carteira de desconto de duplicatas e recebíveis (+0,9 p.p.). Na carteira de crédito livre às pessoas físicas, a inadimplência diminuiu 0,1 p.p. no mês, totalizando 6,2%.

O endividamento das famílias situou-se em 48,3% em <u>junho</u>, com queda de 0,5 p.p. no mês e de 1,6 p.p. em doze meses. Nas mesmas bases de comparação, o comprometimento de renda aumentou 0,2 p.p. em <u>junho</u> e 1,5 p.p. em doze meses, situando-se em 28,3%.

3. Agregados monetários

A base monetária somou R\$ 394,9 bilhões no mês de julho, redução de 2% no mês e aumento de 1,4% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação cresceu 1,2% e as reservas bancárias diminuíram 17,7%.



Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, contribuíram no sentido expansionista as operações do setor externo, R\$871 milhões, e as do Tesouro Nacional, R\$52,6 bilhões. Apresentaram impactos contracionistas as operações com derivativos, R\$15,6 bilhões, as de redesconto e de linhas de liquidez, R\$50 milhões, as com títulos públicos federais, R\$36,7 bilhões (resgates líquidos de R\$99,9 bilhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$136,5 bilhões no mercado secundário) e os depósitos de instituições financeiras, R\$ 1,5 bilhão (recolhimento de recursos de depósitos a prazo, -R\$7,4 bilhões, de recursos não aplicados em operações de microfinanças, -R\$14 milhões, recebimentos de depósitos prévios para compensação de cheques e outros papeis, -R\$161 milhões, liberação de depósitos voluntários a prazo, +R\$4,3 bilhões, de recursos do Proagro, +R1,1 bilhão, de recursos de caderneta de poupança, +R\$131 milhões, e de depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$478 milhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) alcançaram R\$616,6 bilhões, crescimento de 4,8% no mês, resultado das elevações do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista em 0,9% e 8,5%, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 registrou crescimento de 4,7% no mês.

O M2 cresceu 1,2% no mês, com saldo total de R\$5,5 trilhões, refletindo o aumento de 0,9% no saldo de títulos emitidos por instituições financeiras que alcançou R\$3,9 trilhões, resultado do crescimento de 0,7% no saldo das letras de crédito (LCA e LCI) e de 0,9% no saldo dos depósitos a prazo, que totalizaram, respectivamente, R\$726 bilhões e R\$2,6 trilhões. No período, o saldo dos depósitos de poupança avançou 0,3%, apesar de ter registrado resgates líquidos de 3,6 R\$ bilhões, totalizando R\$972 bilhões. O M3 registrou variação positiva de 1,3% no período, totalizando R\$10,4 trilhões, reflexo do aumento do M2 e do saldo das quotas de fundos monetários que totalizou R\$4,7 trilhões, com variação positiva de 1,8%. O M4 avançou 0,8% no mês, totalizando R\$11,3 trilhões. Em 12 meses a variação atingiu 11,2%.